



NELSON ALMEIDA/AFIP - 5.4.2015

R\$ 1,50 (outros Estados R\$ 2,50) - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 20 - Número 7150 - Quarta-feira, 13/7/2016

## ‘Hoje sou eu, amanhã vão ser vocês’, ameaça Cunha

■ Ex-presidente da Câmara tenta intimidar colegas ao se defender de cassação. Janot diz que renúncia não libera ação de Cunha na Casa. **Página 3**



EVARISTO SÁ/AFIP

## Eleição na Câmara

# PT pode apoiar PMDB para impedir que centrão conquiste presidência

■ Marcelo Castro (PMDB-PI), ex-ministro de Dilma, lançou candidatura à presidência da Câmara, em eleição que ocorre hoje e que tem mais de uma dezena de con-

correntes. O PT avalia apoiar Castro, o que pode enfraquecer Rogério Rosso (PSD-DF), candidato do centrão. Planalto teme divisão na base. **Páginas 4 e 5**

Rito  
**Entenda como será a escolha do líder**  
**Página 4**

## Aparte

## MPMG aguarda posição de Janot sobre delação de Valério

■ Ministério Público mineiro confirma que operador do mensalão citou “pessoas com foro especial” e que consultou procurador geral. **Página 2**

## Andrade Gutierrez

## PF analisa mensagens que ligam Aécio a empreiteira

■ Conversa de Otávio de Azevedo com tesoureiro informal de tucano cita doações durante campanha. Aécio e empresa descartam irregularidade. **Página 7**

## CORRUPÇÃO

Mais de 70% dos brasileiros admitem que recorrem ao “jeitinho”.

**Página 17**

## SUPER MOTOR

Yamaha dá cara nova a seus modelos clássicos de motos.

**Páginas 10 e 11**

**Gasto.** TCE indica irregularidade em uso de R\$ 63 mi do Cfem em 2013

# ‘Royalties do minério’ pagaram PPP do Mineirão, afirma deputado

Relatório foi apresentado à CPI da Máfia do Futebol

■ Iran Barbosa (PMDB) apresentou relatório do Tribunal de Contas do Estado que aponta irregularidades no repasse de recursos da

Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) para concessionária do Mineirão no governo Anastasia,

em 2013. O PSDB afirma que operação seguiu a lei, e Minas Arena diz desconhecer origem do recurso. **Página 35**



VIGILI DEL FUOCO/AFIP

## TRAGÉDIA

Trens batem de frente na Itália e provocam mais de 20 mortes.

**Página 21**

## América Latina

## Brasil acumula 40% dos novos casos de Aids

■ ONU mostra que infecções caem no mundo, e crescem no país. Brasil responde por quatro em cada dez novos casos na América Latina. **Página 16**

## EM NOVAS MÃOS

Sistema Fiemg assume gestão do Museu de Artes e Ofícios.

**Magazine. Página 12**

## Funcionalismo

## Senado aprova reajustes para servidores

■ Acordo permitiu aprovação de pacote de reajustes que atinge servidores civis e militares. Medida segue para sanção da Presidência da República. **Página 8**

## Shoppings

## Comprador terá estacionamento gratuito em BH

■ Aprovada lei que dá isenção do valor de estacionamento em shoppings. Consumidor precisa gastar dez vezes o valor do primeiro período de permanência. **Página 23**

## Colunista

ELIO GASPARI  
Temer e a  
privataria 3.º

**Página 2**

WhatsApp **OTEMPO**  
**(31) 99827.4455**

**Mineirão.** Estado usou R\$ 63 milhões da fiscalização de barragens para pagar parcelas da PPP em 2013

# Recursos da mineração vão para as contas da Minas Arena

MAURA MOSQUERA/DIVULGAÇÃO

**Irregularidades apontadas pelo TCE foram mostradas na CPI do Futebol; PSDB diz que seguiu a lei**

■ THIAGO NOGUEIRA

O governo do Estado, na época da gestão do tucano Antonio Anastasia, usou recursos da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) para pagar as parcelas mensais do contrato de Parceria Público-Privada (PPP) do Mineirão com a Minas Arena no ano de 2013. A utilização dos recursos para esse fim foi considerada equivocada em um relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O possível uso indevido de dinheiro público foi apresentado ontem, em Brasília, pelo deputado estadual Iran Barbosa (PMDB) na CPI da Máfia do Futebol da Câmara dos Deputados.

“Foram autorizados créditos da ordem de R\$ 131,690 milhões, empenhados (realizados) R\$ 81,167 milhões e pagos R\$ 63,350 milhões, com a fonte 32 (Cfem), para a concessionária Minas Arena”, informa o relatório do TCE (confira os trechos ao lado). Segundo o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), o governo mineiro fez uso desses recursos entre março e junho e em dezembro de 2013.

Criada pela Constituição Federal de 1988, a Cfem deveria ter seus recursos empregados na recuperação do meio ambiente, no desenvolvimento da

infraestrutura das cidades e na atração de novos investimentos e atividades, prioritariamente, nos municípios mineradores. É o caso de Mariana, na região Central do Estado, que teve distritos assolados pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco, em novembro do ano passado.

“Os mais de R\$ 63 milhões desviados da Cfem para garantir o lucro da Minas Arena foram extraídos do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) e acabaram com a fiscalização de minerações, o que causou nada menos do que 20 estuários de barragem no Estado, entre eles, o maior desastre ambiental recente do Brasil, que é o desastre de Mariana. Esse valor representa 40% dos recursos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad)”, ressaltou Iran Barbosa.

Em nota, o PSDB garante que os recursos foram utilizados na forma como determina a legislação. “Infelizmente, o deputado Iran Barbosa, mais uma vez, mostra desconhecer completamente a lei. De acordo com a Lei 7.990/79 (art 8º), os recursos da Cfem não poderão ser aplicados apenas em ‘pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal’”, explicou o partido.

O PSDB pondera ainda que, em 2013, as contas do Estado foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TRE) e referendadas pela Assembleia Legislativa. “Na época, o Tribunal apenas recomendou que o Estado cessasse o pagamento da contraprestação à Minas Arena com recursos da Cfem – o que foi feito”, explicou.



Brasília. Iran Barbosa (PMDB) levou seu relatório sobre a Minas Arena para a CPI da Máfia do Futebol, presidida por Laudívio Carvalho (SD-MG)

O laudo técnico do TCE contesta. “Ainda que a revitalização do Mineirão pudesse ser enquadrada nas hipóteses mencionadas, é expressamente vedada a utilização da Cfem para pagamento de pessoal e dívida”, diz o documento.

## Implicações

**Crimes.** O desvio de recursos da Cfem pode enquadrar o gestor público nos crimes de peculato e emprego irregular das verbas ou rendas públicas, além de ação civil por improbidade e dano ao erário.

## Nota do consórcio

**Resposta.** A concessionária Minas Arena informou que não é de sua alçada verificar a origem dos recursos das parcelas recebidas do governo do Estado.

**Nota.** “A Minas Arena desconhece a informação apresentada pelo deputado e não tem condições de indicar a origem dos recursos utilizados pelo Estado de Minas Gerais para o pagamento de contraprestações públicas, uma vez que o contrato de PPP não realiza tal vinculação e a concessionária não interfere nos processos internos de pagamento do poder público”, informou.

## FAC-SIMILE

Trechos do relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

EXERCÍCIO 2013



aplicação desses recursos na assistência prioritária aos municípios mineradores, como disposto nos artigos 252 e 253 da CE/89. Já mencionados neste trabalho.

Registro Contábil da Receita e Despesa Orçamentárias, Efetuado em 2013, com a Fonte 32 – CFEM

CFEM e não transferi-lo para o caixa único.

Dentre os programas governamentais executados com a fonte 32 – CFEM, chamam atenção, pela materialidade (maior volume liquidado e pago), o programa governamental de número 264 (o qual se refere ao “Apoio Financeiro a Implementação de Contratos de PPP”) e a ação 4604 – “Pagamento de Contraprestações a Concessionária do Contrato de PPP – Mineirão”.

Portanto, especificamente para essa ação, de acordo com os dados referentes ao exercício de 2013, foram autorizados créditos da ordem de R\$ 131,690 milhões, empenhados (realizados) R\$ 81,167 milhões e pagos R\$ 63,350 milhões, com a Fonte 32, para a concessionária Minas Arena.

Lado outro, ainda que a revitalização do Mineirão pudesse ser enquadrada nas hipóteses acima, é expressamente vedada a utilização da CFEM para pagamento de pessoal e dívida.

## Apurações

# Atual governo está investigando o caso

➕ O atual governo de Fernando Pimentel (PT) informou que possíveis irregularidades sobre o mau uso de recursos da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) estão sendo apuradas.

“Informamos que eventuais irregularidades ocorridas em 2013, portanto, durante o governo de Antonio Anastasia, estão sob análise da Controladoria-Geral do Estado (CGE), a

partir de um processo de apuração interno iniciado em novembro de 2015”, disse o governo, em nota assinada pela superintendência de imprensa.

“O governo do Estado mantém sob constantes apurações os relatórios relativos às Parceria-Público Privadas (PPPs). Os trabalhos estão em andamento e, tão logo concluídos, o relatório será remetido aos órgãos responsáveis e disponibilizado no site da CGE”, completou. (TN)

## CPI quer apurar o que não se consegue em MG

■ Presidente da CPI da Máfia do Futebol, o deputado federal Laudívio Carvalho (SD-MG) promete empenho nas investigações das denúncias apresentadas pelo deputado estadual Iran Barbosa. “Nosso jurídico irá se debruçar nas denúncias e, se houver indícios de crimes, todas a documentação será en-

caminhada às autoridades competentes”, afirmou Laudívio.

Em Minas, Iran Barbosa alega estar tendo dificuldades para obter mais informações sobre a Minas Arena. A abertura de uma CPI sobre o Mineirão na Assembleia Legislativa naufragou por duas vezes nos últimos anos. “O que ele for conse-

guir, será por aqui”, reforça o deputado do Solidariedade. A expectativa de Barbosa é que a comissão federal aprove requerimentos que quebre os sigilos fiscal, bancário e telefônico de executivos da concessionária, além de convocações para prestar esclarecimentos. (TN)